

# COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 542, DE 2007

Acrescenta art. 19-A à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

**Autor:** Deputado LELO COIMBRA.

**Relator:** Deputado MAURO NAZIF.

### I - RELATÓRIO

Apresentado pelo ilustre **Deputado Lelo Coimbra**, o Projeto de Lei nº 542, de 2007, pretende acrescentar novo dispositivo à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, com a finalidade de caracterizar como **crime o ato de inscrição em procedimento licitatório de pessoa física ou jurídica proibida de contratar com o Poder Público em decorrência de sentença judicial transitada em julgado**.

As razões que motivaram a apresentação da proposição, constantes de sua **Justificação**, são as seguintes:

*O advento da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, representou, à época de sua entrada em vigor, notícia alvissareira para a administração pública brasileira, na medida em que se previa a rigorosa punição de práticas perniciosas que ainda hoje atormentam a população brasileira. Lamentavelmente, contudo, alguns de seus dispositivos vêm se revelando de difícil aplicação, à míngua de instrumentos de controle aptos a lhes conferir caráter mais efetivo.*

*Entre tais comandos, situa-se a introdução de restrições à possibilidade de participar de licitações em*

*decorrência de sanções impostas a particulares que cometam atos de improbidade em conluio com administradores públicos. A aplicação rigorosa da proibição, tendo em vista o emaranhado de órgãos e entidades que se espraiam no âmbito do Estado brasileiro, não se viabiliza e o que mais se constata são licitantes condenados competindo em igualdade de condições contra outros sobre os quais não pesa qualquer restrição.*

*A fórmula prevista no presente projeto para superação desse grave problema passa pela criminalização do ato de inscrição de licitantes em situação juridicamente irregular, submetidos a sanções decorrentes de atos de improbidade administrativa ou mesmo por outras razões, não capituladas pela lei modificada mais igualmente relevantes. Espera-se, com a providência, coibir a conduta tanto dos que se apresentam para participar do processo licitatório quanto das autoridades encarregadas de levá-lo a efeito, obrigadas, se acolhida a proposta, a cercar-se de garantias suficientes para que se eximam de responder pela prática do novo delito.*

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao **Projeto de Lei nº 542, de 2007**.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Cabe agora a esta Comissão, em acordo com o disposto no art. 32, inciso XVIII, alínea “p”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o mérito da matéria.

A proposição em exame, como já anteriormente assentado, pretende, **ao incluir artigo na Lei de Improbidade Administrativa** (Lei nº 8.429, de 1992), caracterizar como crime **o ato de inscrição em procedimento licitatório de pessoa física ou jurídica proibida de contratar com o Poder Público**.

A pretensão contida no **Projeto de Lei nº 542, de 2007**, supre lacuna não prevista na legislação penal especial (Lei de Licitações

Públicas) e nem na Lei de Improbidade Administrativa. Com efeito, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 87, inciso IV, estabelece sanção administrativa que se configura **na declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**. Ao lado desta **sanção administrativa**, a Lei de Licitações, em seu art. 97, institui tipo penal, caracterizado como crime, que pune a conduta de admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo. Verifica-se, no presente caso, que a sistemática sancionatória contida na Lei de Licitações possui dupla configuração punitiva, sendo uma administrativa e outra penal.

No que pertine à Lei da Improbidade Administrativa, a sistemática sancionatória adotada, no que tange à participação em processos licitatórios, limita-se a instituir sanção de natureza administrativa relacionada com a **proibição de contratar com o Poder Público pelos prazos de dez, cinco e três anos, conforme a natureza da transgressão cometida**.

A introdução do art. 19-A, preconizado pela proposição, **que veicula tipificação penal para o ato de inscrição em procedimento licitatório de pessoa física ou jurídica proibida de contratar com o Poder Público**, complementa a sistemática sancionatória da Lei de Improbidade Administrativa, de maneira similar à adotada pela Lei de Licitações, tornando mais rigorosa a ação do Estado contra aqueles que tentam auferir vantagens e privilégios indevidos nos certames licitatórios.

Dessa forma, por todo o exposto, manifestamo-nos **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 542, de 2007, com fundamento no art. 129, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado MAURO NAZIF  
Relator